



Investco S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Investco S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 – 3
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações do valor adicionado	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	10 – 30
Relatório da administração	31 – 36
Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	37
Proposta de Orçamento de Capital	38
Outras Informações que a Companhia entenda Relevante	39
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	40
Declarações dos diretores sobre as demonstrações financeiras	41
Declarações dos diretores sobre o parecer dos auditores independentes.	42

Investco S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015
e relatório dos auditores independentes**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Investco S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Investco S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, uma vez que as IFRS não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 1º de março de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" TO

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" TO

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.663	81.046
Concessionárias	5	1.200	618
Rendas a receber	6	19.215	18.425
Impostos e contribuições sociais	7	7.991	4.578
Prêmio de risco - GSF	10	48	
Outros créditos	11	5.115	4.425
Total do Ativo Circulante		83.232	109.092
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados		550	483
Prêmio de risco - GSF	10	102	
Outros créditos	11	551	
		1.203	483
Imobilizado	12	1.201.996	1.228.494
Intangível	13	14.177	24.787
		1.216.173	1.253.281
Total do Ativo Não circulante		1.217.376	1.253.764
TOTAL DO ATIVO		1.300.608	1.362.856
PASSIVO			
	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante			
Fornecedores	14	4.762	5.358
Impostos e contribuições sociais	7	8.989	9.878
Dividendos	15	32.459	38.536
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	8.488	10.748
Benefícios pós-emprego	17	39	45
Uso do bem público	18	4.268	4.235
Provisões	19	10.829	1.723
Outras contas a pagar	11	2.365	3.589
Total do Passivo Circulante		72.199	74.112
Não circulante			
Tributos diferidos	8	11.557	12.987
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	80.830	78.874
Benefícios pós-emprego	17	505	584
Uso do bem público	18	43.845	40.775
Provisões	19	12.239	14.884
Outras contas a pagar	11	351	52
Total do Passivo Não circulante		149.327	148.156
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	20.1	804.459	804.459
Reservas de capital	20.3	14.473	14.473
Reservas de lucros	20.3	259.794	321.434
Outros resultados abrangentes	20.4	356	222
Total do Patrimônio líquido		1.079.082	1.140.588
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.300.608	1.362.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas	21	215.448	205.131
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	22		
Custo do serviço de energia elétrica		(2.157)	(3.202)
Custo de operação		(53.600)	(50.232)
		<u>(55.757)</u>	<u>(53.434)</u>
Lucro bruto		159.691	151.697
Despesas e Receitas operacionais	22		
Despesas com vendas			15
Despesas gerais e administrativas		(14.220)	(16.971)
Depreciações e amortizações		(393)	(402)
Outras despesas e receitas operacionais		(12.537)	(456)
		<u>(27.150)</u>	<u>(17.814)</u>
Resultado antes de resultado financeiro e tributos		132.541	133.883
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		8.384	5.524
Despesas financeiras		(52.228)	(27.562)
		<u>(43.844)</u>	<u>(22.038)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	24	88.697	111.845
Imposto de renda e contribuição social correntes		(20.657)	(19.833)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.499	520
		<u>(19.158)</u>	<u>(19.313)</u>
Resultado líquido do exercício		69.539	92.532
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	25		
ON		0,12598	0,16971
PNR		0,01223	0,01223
PNA		0,12598	0,16971
PNB		0,03669	0,03669
PNC		0,12598	0,16971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado líquido do exercício	69.539	92.532
Outros resultados abrangentes		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	203	261
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(69)	(89)
Resultado abrangente do exercício	<u><u>69.673</u></u>	<u><u>92.704</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de capital</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	804.459	14.473	297.232	50	-	1.116.214
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2014			(26.109)			(26.109)
Lucro líquido do exercício					92.532	92.532
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			4.627		(4.627)	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(42.221)	(42.221)
Dividendo adicional proposto			45.684		(45.684)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				261		261
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(89)		(89)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	804.459	14.473	321.434	222	-	1.140.588
Saldos em 31 de dezembro de 2014	804.459	14.473	321.434	222	-	1.140.588
Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2015			(34.953)			(34.953)
Distribuição de lucros retidos - RCA de 23/11/2015			(61.208)			(61.208)
Lucro líquido do exercício					69.539	69.539
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			3.476		(3.476)	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(35.018)	(35.018)
Dividendo adicional proposto			31.045		(31.045)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				203		203
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(69)		(69)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	804.459	14.473	259.794	356	-	1.079.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	88.697	111.845
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		(15)
Depreciações e amortizações	37.836	36.850
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	12.552	217
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	34.785	15.489
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	7.104	3.949
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	117	155
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	1.963	823
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	1.880	351
Ajuste a valor presente	6.676	6.520
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(107)	(379)
Outros	22	940
	191.525	176.745
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	(582)	80
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(2.534)	(1.623)
Cauções e depósitos vinculados	(67)	(32)
Rendas a receber	(790)	(801)
Outros ativos operacionais	(1.391)	(248)
	(5.364)	(2.624)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(596)	1.650
Outros tributos e contribuições sociais	(5.047)	(1.559)
Benefícios pós-emprego	1	
Provisões	(4.633)	(2.820)
Uso do bem público	(4.001)	(3.857)
Outros passivos operacionais	(947)	(726)
	(15.223)	(7.312)
Caixa proveniente das atividades operacionais	170.938	166.809
Imposto de renda e contribuição social pagos	(23.946)	(20.007)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	146.992	146.802
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(6.099)	(8.135)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(6.099)	(8.135)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(132.003)	(61.628)
Pagamentos de encargos de dívidas	(40.273)	(18.653)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(172.276)	(80.281)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(31.383)	58.386
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	49.663	81.046
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	81.046	22.660
	(31.383)	58.386

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	2015	2014
Geração do valor adicionado	251.298	236.473
Receita operacional	237.743	228.305
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		15
Receita relativa à construção de ativos próprios	13.350	8.134
Outras receitas	205	19
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(47.212)	(31.728)
Custos da energia comprada	(825)	(2.008)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.543)	(1.521)
Materiais	(5.568)	(6.078)
Serviços de terceiros	(17.936)	(19.527)
Outros custos operacionais	(21.340)	(2.594)
Valor adicionado bruto	204.086	204.745
Retenções		
Depreciações e amortizações	(37.906)	(36.902)
Valor adicionado líquido produzido	166.180	167.843
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	8.610	5.524
Valor adicionado total a distribuir	174.790	173.367
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	8.103	8.050
Benefícios	1.559	1.571
FGTS	473	584
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	42.024	42.568
Estaduais	438	141
Municipais		6
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	52.228	27.562
Aluguéis	426	353
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	35.018	42.221
	140.269	123.056
Lucros retidos	34.521	50.311
	174.790	173.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede em Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A., titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado. Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2015, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$48.113.

A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão. O valor recolhido a título de UBP no exercício foi de R\$4.001 (R\$3.857 em 2014) (Nota 18).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (Nota 11.3).

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02 de fevereiro de 2016.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais às demonstrações financeiras nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 8); Recuperação dos ativos - *impairment* (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 26.1.3); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 19.1); e Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 19.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliados mensalmente (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia observar que houve indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização no valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.7 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

2.7.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com clientes (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em maio de 2014 foi emitida a IFRS 15 que introduziu um modelo simplificado para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A norma enfatiza o reconhecimento da receita como transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando ela deve ser reconhecida. A IFRS 15 substituirá o CPC 30 (R1) – Receitas (IAS18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em 13 de janeiro de 2016 foi emitida a IFRS 16 que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substituirá o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

A Administração da Companhia acredita que as IFRS's 9, 15 e 16 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.

2.7.2 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2015

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2015, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06/2014, emitidos pelo CPC. As seguintes normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras: (i) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível (IAS 38); (ii) CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (IAS 24); (iii) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2); (iv) CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios (IFRS 3); (v) CPC 22 – Informações por Segmento (IFRS 8); (vi) CPC 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS 37); (vii) CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1); (viii) CPC 27 – Ativo Imobilizado (IAS 16); (ix) CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40); (x) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (IAS 19); (xi) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39); e (xii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32).

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Lei nº 13.203/2015 - Repactuação de risco hidrológico

Conforme Medida Provisória - MP nº 688, publicada em 18 de agosto de 2015, convertida na Lei nº 13.203 de 8 de dezembro de 2015, o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da ANEEL, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração hidrelétrica, com o pagamento de prêmio de risco pelos geradores hidrelétricos.

O detalhamento para repactuação do risco hidrológico foi realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015.

A lei trata da repactuação de modo distinto para o Ambiente de Contratação Regulada - ACR e para o Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Para o ACR, haverá o repasse das perdas com o *Generation Scaling Factor* - GSF integralmente à Conta de Bandeira Tarifária, mediante pagamento de um Prêmio de Risco. A parcela de perda com GSF de 2015 será recompensada aos geradores por meio da isenção do pagamento do prêmio de risco a partir de janeiro de 2016 até a completa compensação das perdas de 2015. Para esse período de transição, o Prêmio de Risco varia de R\$0,75 a R\$12,75 por MWh, a depender do percentual de risco que o gerador pretende repactuar: de 89% a 100%.

Para o ACL, de forma similar, o Prêmio de Risco varia de R\$10,50 a R\$23,10 por MWh, a depender da quantidade da Energia de Reserva adquirida do sistema. O ressarcimento das perdas com o GSF de 2015 é realizada exclusivamente mediante extensão do contrato de Concessão do agente de geração que aderir ao acordo no ACL. A repactuação no ACL não isenta o gerador do custo do GSF.

Para a adesão ao Acordo, deverá haver a desistência das ações judiciais relacionadas às perdas com o GSF.

3.1.1 Adesão à proposta de repactuação de Risco Hidrológico

Em 18 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou junto à ANEEL o pedido de anuência de repactuação do Risco Hidrológico e também a petição de assistência das ações judiciais atrelada a UHE Lajeado com renúncia do direito sobre o qual corresponde a ação judicial ingressada por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE.

A referida decisão foi embasada na avaliação dos vários cenários de Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e *Generation Scaling Factor* - GSF, por meio de um modelo econômico financeiro, tendo como principal objetivo o equilíbrio entre o custo efetivo do risco hidrológico e o custo do prêmio de risco associado a cada opção de repactuação.

Para suportar essa decisão, a Companhia contratou pareceres independentes nas vertentes energética, econômica e jurídica, envolvendo os aspectos tributários e de fluxo de caixa.

Após análises, a Companhia optou pela repactuação do risco hidrológico no ACR no produto SP92, onde 92% da exposição ao GSF é protegida, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Em 23 de dezembro de 2015 a ANEEL, por meio do Despacho nº 4.133/15, anuiu a adesão da Companhia à proposta de repactuação do risco hidrológico, no Ambiente de Contratação Regulado - ACR. Adicionalmente, a Companhia optou pela não adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico, no Ambiente de Contratação Livre - ACL (Nota 10).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	14.968	26.271
Aplicações financeiras - renda fixa	34.695	54.775
Total	49.663	81.046

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas lastreadas em Debêntures remunerados a taxas que variam de 90,00% a 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.

5 Concessionárias

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2015 de R\$1.200 (R\$618 em 31 de dezembro de 2014) refere-se à: (i) venda de energia em negociações bilaterais ou em Leilões de energia promovidos pela ANEEL; (ii) venda de sobra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não houve saldo de PCLD em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.

6 Rendas a receber

	31/12/2015	31/12/2014
Lajeado Energia	14.027	13.450
Paulista Lajeado Energia	1.345	1.290
CEB Lajeado	3.843	3.685
	19.215	18.425

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 9).

É contabilizada mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

Os saldos são todos vencidos e estão apresentados ao custo amortizado.

7 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adianta- mentos / Pagamentos	Compensa- ção de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2015
Ativo - Compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social		3.874	6		107	23.946	(1.784)	(20.656)	5.493
ICMS		13							13
PIS e COFINS		-	734					(734)	-
IRRF sobre aplicações financeiras		653	1.800						2.453
Outros		38	2	(8)					32
Total		4.578	2.542	(8)	107	23.946	(1.784)	(21.390)	7.991
Passivo - a recolher									
Imposto de renda e contribuição social		-	20.657					(20.656)	1
ICMS		44	295			(333)			6
PIS e COFINS		1.559	22.052			(19.354)	(1.784)	(734)	1.739
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		40	543			(541)		81	123
IRRF sobre juros s/ capital próprio	7.1	7.777	6.746			(7.777)			6.746
Encargos com pessoal		375	2.632	(2)		(2.887)		(70)	48
Outros		83	326			(72)		(11)	326
Total		9.878	53.251	(2)	-	(30.964)	(1.784)	(21.390)	8.989

Os impostos e contribuições sociais correntes, que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

7.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2015 a título de Juros sobre o Capital Próprio aos acionistas, conforme legislação, liquidado em janeiro de 2016.

8 Tributos diferidos

O Imposto de renda e contribuição social diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014
		IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa							(5)
Benefício pós-emprego			184		(326)	(142)	54
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas			2.229		(1.714)	515	230
Uso do bem público - CPC 25			16.359	3.761	3.744	(4.349)	(2.977)
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	8.1.2		29.558	23.022	52.683	46.044	(103)
Benefício pós-emprego - Resultados abrangentes					184	115	
Outras			4.413	5.955	7.689	5.955	(3.276)
Total diferenças temporárias	8.1.1		52.743	32.738	64.300	45.725	520
Total bruto			52.743	32.738	64.300	45.725	520
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos			(52.743)	(32.738)	(52.743)	(32.738)	
Total			-	-	11.557	12.987	

A variação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos no montante de R\$1.430, foi registrada em contrapartida crédito do resultado do exercício no valor de R\$1.499 e a débito no Patrimônio líquido de R\$69.

8.1.1 Diferenças Temporárias

Com o advento da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, foi extinto os eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, os quais passaram a incorporar a partir de 1º de janeiro de 2015 o mesmo tratamento fiscal nas adições e exclusões temporárias quanto a sua dedutibilidade ou não.

8.1.2 Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis A, B e C conforme item 19 do CPC 39 (Nota 16).

8.1.3 Resultados tributáveis futuros

A Administração da Companhia elaborou, em 31 de dezembro de 2015, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2016	2017	2018	2019	2020	2021 a 2023	2024 a 2025	Total Não circulante
5.983	5.774	5.773	5.030	5.030	15.090	10.063	52.743

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas (Nota 15), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
				Circulante		Não circulante		Receitas (Despesas) Operacionais	
				31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica									
EDP Bandeirante	Controle Comum	160,55	01/08/2002 a 15/12/2032	167	136			1.798	1.614
EDP Bandeirante	Controle Comum	160,55	01/08/2005 a 15/12/2032	5	12			38	151
				172	148	-	-	1.836	1.765
Rendas a receber (Nota 6)									
Arrendamento UHE Lajeado									
Lajeado	Controladora direta			14.027	13.451			152.753	146.477
CEB Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	3.843	3.685			41.420	40.131
Paulista Lajeado	Acionista não controlador			1.345	1.289			14.648	14.046
				19.215	18.425	-	-	208.821	200.654
Outras contas a pagar									
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL			29	29	(237)	(562)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2015 a 31/12/2018			322	23	(322)	(259)
Prestação de serviços de consultoria ambiental									
Energest	Controle Comum		29/09/2011 a 28/09/2015						(144)
				-	-	351	52	(559)	(965)
				19.387	18.573	351	52	210.098	201.454

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora indireta da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *holding*, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do controle de alocação de horas trabalhadas (*timesheet*).

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

O tema Compartilhamento de Recursos Humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/2012, na Consulta Pública nº 12/2013 e na Audiência Pública nº 072/2014, cujo período de contribuições encerrou-se em 23 de fevereiro de 2015. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura associada à anuência prévia, ficando o contrato atual vigente prorrogado até a deliberação da ANEEL.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

O contrato tinha a vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2011 e não necessitava ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 338/2008, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas. Estes contratos vigoraram de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2012, foi firmado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato para revisão dos percentuais de rateio no conjunto de contratos da contratada. Com a mudança de endereço da sede social do Grupo EDP - Energias do Brasil em São Paulo, em junho de 2013, o custo global e o percentual de rateio foram revisados, com consequente celebração do segundo Termo Aditivo ao Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura.

Em 1º de Agosto de 2015, após a anuência da ANEEL conforme Despacho nº 2.430/15, foi firmado o novo "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" entre EDP - Energias do Brasil e a Companhia, estabelecendo novos percentuais de rateio na base São Paulo, envolvendo empresas delegatárias de serviço público. O referido Contrato possui cláusula específica permitindo o rateio desde 1º de Janeiro de 2015, e está em conformidade com a Resolução Normativa nº 334/08, com o prazo de 48 meses.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 28.2).

9.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

9.2 Remuneração dos administradores

9.2.1 Remuneração anual total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro (em R\$)

	2015						2014			
	Conselho de Administração	Proporção %	Diretoria Estatutária	Proporção %	Conselho Fiscal	Proporção %	Total	Proporção %	Total	Proporção %
Número de membros (i)	1,08(*)		2,50(**)		5,17(***)		-		-	
Remuneração fixa (em R\$)	76.215	100%	508.204	100%	131.906	100%	716.325	100%	582.839	100%
Salário ou pró-labore	63.512		385.793		109.922		559.227		462.866	
Benefícios diretos e indiretos (ii)	n/a		14.389		n/a		14.389		3.547	
Encargos sociais	12.703		108.022		21.984		142.709		116.426	
Valor Total da remuneração	76.215		508.204		131.906		716.325		582.839	

(*) Das 3 posições do Conselho de Administração efetivas, apenas 1 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é de até R\$100.000,00 para o período de abril de 2015 a março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 08 de abril de 2015.

(**) Das 7 posições da Diretoria Estatutária, apenas 2 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é de até R\$420.000,00, para o período de abril de 2015 até março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 08 de abril de 2015.

(***) Todos os 5 membros do Conselho Fiscal são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal é de até R\$150.000,00 para o período de abril de 2015 até março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 08 de abril de 2015.

(i) O número de membros foi calculado em conformidade com o Ofício Circular/CVM/SEP/nº02/2015, que corresponde a média anual dos membros remunerados. Esta média contempla a substituição de membros.

(ii) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica e Seguro de Vida.

(n/a) = Não Aplicável

9.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal referente aos exercícios findos em 31 de dezembro (em R\$)

	2015			2014		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	1,08	2,50	5,17	1,00	2,00	4,92
Valor da maior remuneração individual	76.215	261.844	26.352	76.003	228.987	21.960
Valor da menor remuneração individual	76.215	130.922	26.352	76.003	114.493	18.000
Valor médio da remuneração individual	70.569	203.282	25.514	76.003	192.596	24.724

10 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, conforme mencionado na nota 3.1.1, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante de R\$150, referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a abril no valor de R\$237 amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, tendo sido amortizado no exercício o montante de R\$87.

Adicionalmente, quando houver o pagamento do prêmio no montante equivalente ao GSF das competências de maio a dezembro de 2015, haverá o incremento deste saldo no valor de R\$485 que também será amortizado até março de 2029, de acordo com o Despacho nº 4.133 de 23 de dezembro de 2015.

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

Nota	Circulante		Não circulante	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Outros créditos - Ativo				
Estoques	11.1	4.503	4.403	
Outros		612	22	551
Total		5.115	4.425	551
Outras contas a pagar - Passivo				
Folha de pagamento		122	296	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas			351	52
Obrigações sociais e trabalhistas	11.2	1.748	1.921	
Encargos setoriais	11.3	38	1.011	
Outros		457	361	
Total		2.365	3.589	351

11.1 Estoques

Refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, estão classificados na rubrica de Imobilizado (Nota 12). Ambos os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

11.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão de férias e respectivos INSS e FGTS e participação nos lucros e resultados.

11.3 Encargos setoriais

A partir de 1º de janeiro de 2015, passou a vigorar o novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, estabelecido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 605/14. Dentre as modificações introduzidas, destaca-se a alteração na apuração da Receita Operacional Líquida (ROL), base de cálculo do P&D, que passou a excluir a Receita de arrendamento desta base com a consequente redução deste encargo.

12 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e foram aprovadas pela Resolução Normativa nº367, de 2 de junho de 2009, atualizadas pela Resolução Normativa nº474, de 7 de fevereiro de 2012 que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE. Posteriormente, em 11 de agosto de 2015 foi publicada a Resolução nº 674 que aprova o MCPSE que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2016 que tem como propósito aprimorar o controle patrimonial por meio de acréscimos nas tabelas de atributos técnicos e a inclusão de equipamentos específicos para que se pudesse alcançar as novas tecnologias utilizada pelo Setor. Sobre a vida útil dos bens e instalações, apesar da tabela conter as taxas de depreciação do MCPSE, a referida regulamentação não tratou da revisão das vidas úteis, dada a especificidade, a mesma deverá ser tratada em outro momento, conforme Nota Técnica nº211/2015 – SFF/ANEEL, de 31 de julho de 2015.

No final da Concessão, o saldo remanescente dos ativos vinculados à concessão serão revertidos e indenizados pela União, conforme estabelecido no Contrato de Concessão, em critério de cálculo a ser definido pelo Poder Concedente.

12.1 Composição do imobilizado

	31/12/2015				31/12/2014			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.510		114.510		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	692.699	(179.751)	512.948	2,00	689.038	(165.644)	523.394
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,06	332.885	(104.445)	228.440	3,23	332.886	(96.976)	235.910
Máquinas e equipamentos	5,51	400.921	(144.582)	256.339	4,53	400.923	(132.567)	268.356
Veículos	14,29	668	(597)	71	14,29	880	(792)	88
Móveis e utensílios	6,25	9	(1)	8	6,25	9		9
		1.541.692	(429.376)	1.112.316		1.538.246	(395.979)	1.142.267
Sistema de transmissão de conexão (Nota 12.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	8.328	(4.468)	3.860	3,33	8.328	(4.191)	4.137
Máquinas e equipamentos	3,40	72.883	(29.594)	43.289	3,40	72.883	(27.127)	45.756
		81.211	(34.062)	47.149		81.211	(31.318)	49.893
Administração								
Máquinas e equipamentos	10,66	680	(431)	249	10,65	655	(347)	308
Veículos	14,29	339	(243)	96	14,29	674	(418)	256
Móveis e utensílios	6,25	396	(296)	100	6,25	396	(274)	122
		1.415	(970)	445		1.725	(1.039)	686
Total do imobilizado em serviço		1.624.318	(464.408)	1.159.910		1.621.182	(428.336)	1.192.846
Imobilizado em curso								
Geração		40.871		40.871		34.404		34.404
Administração		1.215		1.215		1.244		1.244
Total do imobilizado em curso		42.086	-	42.086		35.648	-	35.648
Total do imobilizado		1.666.404	(464.408)	1.201.996		1.656.830	(428.336)	1.228.494

12.1.1 Futura licitação de linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compondo o Sistema de Transmissão de Conexão, R\$47.149 relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica.

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia acerca da realização do Leilão de Transmissão nº 004/2014 que previa a licitação do segundo circuito da LT 500kV Miracema-Lajeado dentre outras instalações, com vistas a atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

Em 18 de novembro de 2014 foi realizado o referido Leilão, todavia, não houveram propostas para os respectivos ativos.

Em 9 de abril de 2015 foi aberta a Audiência Pública nº 018/15 com vistas a obter subsídios e informações adicionais ao Edital do Leilão nº 01/2015-ANEEL, destinado a promover a contratação de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo, dentre elas, as instalações da Companhia (LOTE I). Em 14 de julho de 2015 foi aprovado o Edital do Leilão e em 26 de agosto de 2015 foi realizado o Leilão nº 01/2015-ANEEL e novamente, não houveram propostas para os respectivos ativos.

Em 16 de dezembro de 2015 foi aberta a Audiência Pública nº 080/2015 com vistas a obter subsídios e informações adicionais ao Edital do Leilão de Transmissão nº 13/2015-ANEEL, destinado a promover a contratação de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo, dentre elas, as instalações da Companhia (LOTE M).

Quando houver proponente vencedor, os ativos relativos à LT 500kV Miracema-Lajeado e SE 500/230kV Lajeado deverão ser transferidos ao novo concessionário sem ônus, uma vez que tais instalações passarão a compor a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Sendo assim, a Companhia não identificou indícios de redução ao valor recuperável do imobilizado a serem feitos em suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2015.

12.2 Mutações do imobilizado

Nota	Valor líquido 31/12/2014	Adições	Transferên- cia para imobilizado em serviço	Deprecia- ções	Baixas	Reclassifi- cação	Valor líquido 31/12/2015
Imobilizado em serviço							
Terrenos	114.510						114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	523.394	76	3.585	(14.107)			512.948
Edificações, obras civis e benfeitorias	240.047			(7.747)			232.300
Máquinas e equipamentos	314.420		24	(14.567)			299.877
Veículos	344			(91)	(86)		167
Móveis e utensílios	131			(23)			108
Total do imobilizado em serviço	1.192.846	76	3.609	(36.535)	(86)	-	1.159.910
Imobilizado em curso							
Terrenos	2.082						2.082
Reservatórios, barragens e adutoras	721	4.458	(3.585)				1.594
Edificações, obras civis e benfeitorias	256						256
Máquinas e equipamentos	12.330	4.264	(24)		(16)	(801)	15.753
Adiantamento a fornecedores	645	902				1.121	2.668
Depósitos Judiciais	14.305						14.305
Outros	5.309	439				(320)	5.428
Total do imobilizado em curso	35.648	10.063	(3.609)	-	(16)	-	42.086
Total do imobilizado	1.228.494	10.139	-	(36.535)	(102)	-	1.201.996

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

12.2.1 Reservatórios, barragens e adutoras

O ingresso no valor de R\$4.458 inclui R\$3.585 referente aos custos associados à renovação da Licença de Operação - LO obtida em 22 de dezembro de 2014, válida pelo período de 5 anos, conforme descrito na nota 19.2.

13 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização, com exceção das servidões permanentes que estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

13.1 Composição do intangível

Nota	31/12/2015				31/12/2014			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Direito de concessão - Licenças ambientais	20,00	2.976	(595)	2.381				-
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	13.1.1	20.137	(9.124)	11.013	3,22	20.137	(8.476)	11.661
		23.113	(9.719)	13.394		20.137	(8.476)	11.661
Sistema de transmissão de conexão								
Servidão permanente								
		111	-	111		111	-	111
Administração								
Software								
	20,00	1.635	(1.409)	226	20,00	1.629	(1.281)	348
		1.635	(1.409)	226		1.629	(1.281)	348
Total do intangível em serviço		24.859	(11.128)	13.731		21.877	(9.757)	12.120
Intangível em curso								
Geração								
Desenvolvimento de projetos								
	13.1.2	27	-	27		12.450	-	12.450
Outros								
		419	-	419		201	-	201
Administração								
		446	-	446		12.667	-	12.667
Total do intangível em curso		446	-	446		12.667	-	12.667
Total do intangível		25.305	(11.128)	14.177		34.544	(9.757)	24.787

13.1.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo (Nota 18). A amortização será pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

13.1.2 Desenvolvimento de projetos

O saldo de R\$12.450 de 31 de dezembro de 2014 referia-se a gastos com estudos, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE – Tupirantins.

O projeto da UHE – Tupirantins consiste na construção de uma usina à jusante da UHE Lajeado, com potência de 620 MW, área de inundação de 370 Km² e um custo estimado de R\$1,4 bilhões. O processo ambiental da UHE está parado no IBAMA, principalmente em função das dificuldades de negociação com as comunidades indígenas da região norte do Tocantins, além de resultar na remoção de 3.000 famílias.

Trata-se de empreendimento cuja área de inundação se sobrepõe à reserva indígena, o que faz com que sua construção dependa de ato do Congresso Nacional. O cenário atual aponta para grandes dificuldades na viabilização de usinas hidrelétricas que conflitam com reservas indígenas. Pode-se identificar nos recentes estudos da UHE São Luiz do Tapajós que a presença de habitações indígenas, ainda que sem uma reserva legalmente constituída, vem impedindo o licenciamento ambiental.

Tal cenário, agravado pelo decurso de tempo do projeto, contribuiu para reduzir de forma significativa a atratividade do projeto e, portanto, em 30 de junho de 2015, a Administração da Companhia concluiu pela provisão de redução ao valor recuperável do projeto, de acordo com os requisitos do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, visto que não há expectativa para sua realização decorrente de implantação ou venda do projeto, pois não houve até o momento indicativo dos órgãos ambientais no sentido de sua aprovação. Quando houver a aprovação ambiental do projeto a Administração da Companhia reavaliará a expectativa de sua implementação ou venda e a respectiva reversão da provisão.

13.2 Mutações do intangível

	Nota	Valor líquido 31/12/2014	Adições	Transferên- cia para imobilizado em serviço	Amortiza- ções	Provisão de redução ao valor recuperável	Valor líquido 31/12/2015
Intangível em serviço							
Software		348		6	(128)		226
Servição permanente		111					111
Direito de concessão - Licenças ambientais		-		2.976	(595)		2.381
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP		11.661			(648)		11.013
Total do intangível em serviço		12.120	-	2.982	(1.371)	-	13.731
Intangível em curso							
Desenvolvimento de projetos	13.1.2	12.450				(12.450)	-
Outros intangíveis em curso	13.2.1	217	3.211	(2.982)			446
Total do Intangível em curso		12.667	3.211	(2.982)	-	(12.450)	446
Total do Intangível		24.787	3.211	-	(1.371)	(12.450)	14.177

13.2.1 Outros intangíveis em curso

O ingresso no valor de R\$3.211 inclui R\$2.976 referente aos custos associados à renovação da Licença de Operação - LO obtida em 22 de dezembro de 2014, válida pelo período de 5 anos, conforme descrito na nota 19.2.

14 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2015	31/12/2014
Encargos de uso da rede elétrica	155	153
Operações CCEE	290	486
Materiais e serviços	4.317	4.719
Total	4.762	5.358

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

15 Dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 8 de abril de 2015, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 com distribuição de JSCP no valor de R\$42.221, sendo R\$35.888 líquido de Imposto de renda, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de Classe "R" e dividendos no valor de R\$34.953 aos acionistas detentores de ações ordinárias, sendo que o JSCP já havia sido contabilizado no circulante em dezembro de 2014. Os respectivos dividendos e JSCP foram pagos em 17 de abril de 2015.

Foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de novembro de 2015, a distribuição da parcela dos lucros retidos, a título de Dividendos no valor de R\$61.208 aos acionistas detentores de ações ordinárias. Os respectivos dividendos foram pagos no dia 26 de novembro de 2015.

Em 21 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o crédito de JSCP no montante bruto de R\$45.000, sendo R\$35.018 atribuíveis aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de Classe "R" e R\$9.982 atribuíveis aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe "A", "B" e "C" (Nota 16). Os JSCP serão imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

Passivo	31/12/2014	Dividendos aprovados	JSCP	Pagamentos	Pagamentos não realizados	31/12/2015
Lajeado Energia S.A.	26.198	70.197	21.729	(96.395)		21.729
CEB Lajeado S.A.	7.178	19.232	5.953	(26.410)		5.953
Paulista Lajeado Energia S.A.	2.512	6.732	2.084	(9.244)		2.084
Acionistas não controladores	2.648			(56)	101	2.693
	38.536	96.161	29.766	(132.105)	101	32.459

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Finalidade	Forma de pagamento	31/12/2015				31/12/2014			
		Encargos		Principal	Total	Encargos		Principal	Total
		Circulante	Não circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	Não circulante	
Moeda nacional									
Ações recebíveis cumulativa	Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão							
		8.488	42.730	38.100	89.318	10.748	43.824	35.050	89.622
Total		8.488	42.730	38.100	89.318	10.748	43.824	35.050	89.622

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e descontado a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

16.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Valor líquido em 31/12/2014	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/12/2015
Circulante						
Juros	10.748	(41.765)	34.785	4.720	-	8.488
	<u>10.748</u>	<u>(41.765)</u>	<u>34.785</u>	<u>4.720</u>		<u>8.488</u>
Não circulante						
Principal	35.050				3.050	38.100
Juros	43.824			(4.720)	3.626	42.730
	<u>78.874</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.720)</u>	<u>6.676</u>	<u>80.830</u>

Os juros provisionados de R\$34.785 está composto por: (i) R\$10.731 referem-se aos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia e deliberados pela Assembleia Geral Ordinária de 8 de abril de 2015; (ii) R\$18.792 referem-se aos dividendos aprovados em Reunião do Conselho de Administração de 23 de novembro de 2015; e (iii) R\$5.262 referem-se ao complemento de JSCP aprovados em Reunião do Conselho de Administração de 21 de dezembro de 2015 (Nota 15), todos registrados em contrapartida a débito no Resultado Financeiro (Nota 23).

16.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

Vencimento	
Circulante	
2016	8.488
	<u>8.488</u>
Não circulante	
2017	4.342
2018	3.995
2019	3.675
2020	3.381
2021 até 2025	13.253
2026 até 2030	8.733
2031 até 2033	43.451
	<u>80.830</u>
Total	<u>89.318</u>

17 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores na modalidade de Contribuição definida e benefício definido de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no período em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Assistência médica - Lei nº 9.656/98	30	37	505	584
Contribuição definida	9	8		
	<u>39</u>	<u>45</u>	<u>505</u>	<u>584</u>

17.1 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício Definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Companhia de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendiam a essa condição.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2015 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício definido. Segue abaixo a movimentação das obrigações do plano de benefícios reconhecidos no passivo no exercício:

	Valor presente das obrigações do plano	
	2015	2014
Saldo inicial reconhecido	(621)	(727)
Custo do serviço corrente	(43)	(69)
Custo dos juros	(74)	(86)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	203	261
Saldo final reconhecido	<u>(535)</u>	<u>(621)</u>

17.2 Contribuição definida

A Companhia oferece 2 planos de contribuição definida:

(i) Plano administrado pela Enerprev, sendo que os colaboradores realizam contribuições básicas de até 5% do salário mensal, e a empresa aporta 100% desse valor como contribuição normal. Os colaboradores também podem optar pela contribuição voluntária de até 5% do salário mensal, sem o aporte da patrocinadora.

(ii) Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) aberto e administrado pelo Bradesco Vida e Previdência sendo que o colaborador pode contribuir com até 2% do salário mensal, e a Companhia aporta 100% desse valor como contribuição normal. O participante também pode optar pela contribuição voluntária de até 2% do salário mensal, sem aporte da patrocinadora.

Para ambos os planos a adesão não é obrigatória e, caso haja interesse, o colaborador deve se manifestar. Adicionalmente estes planos não geram qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia.

Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no exercício com R\$195 (R\$148 em 2014).

Esses planos em 31 de dezembro de 2015 tem a adesão de 41 colaboradores (39 em 31 de dezembro de 2014).

18 Uso do bem público

O valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do bem público (Nota 1.1.1) até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 13) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do Uso do bem público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão.

No exercício de 2015, todas as parcelas foram pagas e, em 31 de dezembro de 2015, o saldo remanescente encontra-se segregado no circulante e não circulante.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2014	Ajuste a Valor presente	Encargos e atualiza- ções monetárias	Pagamen- tos	Transferên- cias	Saldo em 31/12/2015
Circulante						
Uso do bem público	4.235	(12)	171	(4.001)	3.875	4.268
	<u>4.235</u>	<u>(12)</u>	<u>171</u>	<u>(4.001)</u>	<u>3.875</u>	<u>4.268</u>
Não circulante						
Uso do bem público	40.775	(72)	7.017	-	(3.875)	43.845
	<u>40.775</u>	<u>(72)</u>	<u>7.017</u>	<u>-</u>	<u>(3.875)</u>	<u>43.845</u>

19 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1			10.162	8.588
Licenças ambientais	19.2	10.829	1.723	2.077	6.296
Total		<u>10.829</u>	<u>1.723</u>	<u>12.239</u>	<u>14.884</u>

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

19.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em processos administrativos em órgãos governamentais e ações judiciais em diversos tribunais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

19.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					Ativo		
	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Baixas		Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2015	Depósito judicial	
			Pagamentos	Reversões			31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	80	372	(135)	(100)	18	235	461	363
Cíveis	7.008	17	(254)		1.656	8.427	31	30
Outros	1.500					1.500		
Total	<u>8.588</u>	<u>389</u>	<u>(389)</u>	<u>(100)</u>	<u>1.674</u>	<u>10.162</u>	<u>492</u>	<u>393</u>
Não circulante	8.588					10.162	492	393
Total	<u>8.588</u>					<u>10.162</u>	<u>492</u>	<u>393</u>

19.1.1.1 Cíveis

Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$3.688 (R\$3.213 em 31 de dezembro de 2014).

Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$4.739 (R\$3.795 em 31 de dezembro de 2014). O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$14.305 e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 12.2).

19.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas diversas ações judiciais que encontram-se em andamento.

19.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	Depósito judicial			
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	203	513	52	84
Cíveis	112.754	93.419		
Fiscais	2.847	2.391	5	5
Total	115.804	96.323	57	89

19.1.2.1 Cíveis

Indenizações

Referem-se a ações descritas na nota 19.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 31 de dezembro de 2015 de R\$111.729 (R\$92.596 em 31 de dezembro de 2014).

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 19.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 31 de dezembro de 2015 de R\$777 (R\$624 em 31 de dezembro de 2014).

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A ANEEL apresentou recurso e a Companhia aguarda intimação para apresentar contrarrazões. Esta liminar está vigente até a presente data.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$150 (R\$120 em 31 de dezembro de 2014).

19.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação da usina, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença, o custo estimado desses desembolsos é provisionado e também é registrado como um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11182/2014, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão.

Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores. Como consequência, em março de 2015 a Companhia constituiu uma provisão adicional no montante de R\$6.561, sendo que, deste montante, R\$2.976 foram registrados em contrapartida ao Intangível (Nota 13.2) e R\$3.585 no Imobilizado (Nota 12.2).

Os desembolsos de natureza ambiental durante o exercício de 2015 foram de R\$6.070. Deste montante, R\$4.244 referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$1.826 são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças ambientais	Saldo em	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em
	31/12/2014						31/12/2015
Circulante	1.723	3.228	(4.244)	1.112	9.124	(114)	10.829
Não circulante	6.296	4.627		432	(9.124)	(154)	2.077
Total	8.019	7.855	(4.244)	1.544	-	(268)	12.906

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$961.794. Para fins de demonstrações financeiras, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 16). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não houve variações na composição do Capital social em 31 de dezembro de 2015 face a 31 de dezembro de 2014. Segue a composição do Capital social:

	31/12/2015 e 31/12/2014											
	Em milhares de ações											
Acionistas	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A. Companhia Paranaense de Energia - COPEL	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Furnas Centrais Elétricas S.A.					6.425	39,45					6.425	0,82
Outros					1.650	10,13					1.650	0,21
	402.202	100,00	255.560	100,00	207	1,25	5.156	100,00	71.252	66,47	71.459	9,09
					16.289	100,00			107.199	100,00	786.406	100,00

20.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada período serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- 5% da Reserva legal, que não excederá 20% do Capital social;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
- serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da Reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em períodos anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de lucros a realizar formada em períodos anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;
- no período em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do período, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e
- o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de Administração, poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição da Reserva de investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Segue abaixo a distribuição do resultado do exercício de 2015:

	31/12/2015
Lucro líquido apurado no exercício	69.539
Constituição da reserva legal - 5%	(3.476)
	66.063
Destinação do lucro:	66.063
Dividendos intermediários - JSCP	35.018
Dividendo adicional proposto	31.045

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

- ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e
- ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

20.3 Reservas

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações	20.3.1	14.473	14.473
		14.473	14.473
Reservas de lucros			
Legal		38.793	35.317
Retenção de lucros	20.3.2	5.302	55.779
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	20.3.3	184.654	184.654
Dividendo adicional proposto	20.3.4	31.045	45.684
		259.794	321.434

20.3.1 Ágio na emissão de ações

O valor de R\$14.473, refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

20.3.2 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A redução da rubrica no montante de R\$50.477 foi em consequência dos seguintes eventos: (i) ajuste dos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C" no montante de R\$10.731 (Nota 16.2); e (ii) distribuição da parcela dos lucros retidos aos acionistas detentores de ações ordinárias, a título de Dividendos, no montante de R\$61.208 (Nota 15).

20.3.3 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

20.3.4 Dividendo adicional proposto

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

Do saldo em 31 de dezembro de 2014 de R\$45.684, R\$34.953 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações ordinárias (Nota 15) e R\$10.731 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações preferenciais de classe "A" e "C" (Nota 16.2). Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 8 de abril de 2015.

20.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2014	Ganhos	Provisão IR/CS	Saldo em 31/12/2015
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	336	203		539
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(114)		(69)	(183)
	222	203	(69)	356

21 Receitas

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e as receitas com operações de energia elétrica são reconhecidas no resultado em função da sua competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e

(ii) O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias são efetuados mensalmente.

	MWh (*)		R\$	
	2015	2014	2015	2014
Suprimento de energia elétrica	39.275	43.231	6.116	6.423
Energia de curto prazo	2.577	69	461	176
Arrendamentos e aluguéis			230.580	221.105
Outras receitas operacionais			586	601
Receita operacional bruta	41.852	43.300	237.743	228.305
(-) Deduções à receita operacional			(22.295)	(23.174)
PIS/COFINS			(21.991)	(21.123)
P&D			(57)	(2.051)
Outros encargos			(247)	
Receitas	41.852	43.300	215.448	205.131

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

22 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26:

	Nota	2015				2014	
		Custo do serviço		Despesas operacionais		Total	Total
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras		
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda		757				757	1.822
Encargos de uso da rede elétrica		1.400				1.400	1.380
Taxa de fiscalização						-	17
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)						-	259
		<u>2.157</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.157</u>	<u>3.478</u>
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			5.941	5.148		11.089	11.277
Material			960	129		1.089	961
Serviços de terceiros			8.838	6.995		15.833	16.403
Depreciação			36.167	298		36.465	36.061
Amortização			1.276	95		1.371	789
PCLD / perdas líquidas						-	(15)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					289	289	(202)
Aluguéis e arrendamentos				415		415	342
Perdas na desativação e alienação de bens	22.1				12.248	12.248	180
Outras			418	1.533		1.951	1.974
		<u>-</u>	<u>53.600</u>	<u>14.613</u>	<u>12.537</u>	<u>80.750</u>	<u>67.770</u>
Total		<u>2.157</u>	<u>53.600</u>	<u>14.613</u>	<u>12.537</u>	<u>82.907</u>	<u>71.248</u>

22.1 Perdas na desativação e alienação de bens

O saldo desta rubrica contém R\$12.450 referente a provisão para redução ao valor recuperável do projeto da UHE - Tupirantins (Nota 13.1.2).

23 Resultado financeiro

	Nota	2015	2014
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções		7.907	4.726
Juros e multa sobre impostos		107	379
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras		(226)	
Outras receitas financeiras		596	419
		<u>8.384</u>	<u>5.524</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívidas	16.2	(34.785)	(15.489)
Variações monetárias moeda nacional		(1.398)	(351)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros		(1.674)	(1.025)
Ajustes a valor presente		(6.998)	(7.885)
Atualização monetária uso do bem público		(7.188)	(2.584)
Benefícios pós-emprego		(79)	(93)
Outras despesas financeiras		(106)	(135)
		<u>(52.228)</u>	<u>(27.562)</u>
		<u>(43.844)</u>	<u>(22.038)</u>

24 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

	2015	2014
Lucro antes do IRPJ e CSLL	88.697	111.845
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
IRPJ e CSLL	(30.157)	(38.027)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(64)	(99)
Perdas indedutíveis	(4.232)	
Juros sobre o capital próprio	15.300	18.502
Outras	(29)	21
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior		266
Outras	<u>24</u>	<u>24</u>
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(19.158)</u>	<u>(19.313)</u>
Alíquota Efetiva	21,6%	17,3%

25 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No exercício de 2015, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2015	2014
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	50.668	68.260
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	2.052	2.764
Preferenciais Classe "B" (PNB)	189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	13.504	18.193
	<u>69.539</u>	<u>92.532</u>
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199
	<u>786.406</u>	<u>786.406</u>
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	0,12598	0,16971
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,12598	0,16971
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,12598	0,16971

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes Nota 20.2	Resultado por classe de ações
2014			
Ordinárias (ON)	47.324	20.936	68.260
Preferenciais Classe "R" (PNR)	30.070	(26.944)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	1.917	847	2.764
Preferenciais Classe "B" (PNB)	607	(418)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	12.614	5.579	18.193
	<u>92.532</u>	<u>-</u>	<u>92.532</u>
2015			
Ordinárias (ON)	35.566	15.102	50.668
Preferenciais Classe "R" (PNR)	22.598	(19.472)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	1.440	612	2.052
Preferenciais Classe "B" (PNB)	456	(267)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	9.479	4.025	13.504
	<u>69.539</u>	<u>-</u>	<u>69.539</u>

26 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

26.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

26.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

Nota	Níveis	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
		Valor justo		Valor contábil	
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
	4				
Caixa e equivalentes de caixa					
Aplicações financeiras	Nível 2	34.695	54.775	34.695	54.775
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Bancos conta movimento		14.968	26.271	14.968	26.271
Concessionárias	5	1.200	618	1.200	618
Rendas a receber	6	19.215	18.425	19.215	18.425
		<u>70.078</u>	<u>100.089</u>	<u>70.078</u>	<u>100.089</u>
Passivos Financeiros					
Outros ao custo amortizado					
Fornecedores	14	4.762	5.358	4.762	5.358
Uso do bem público	18	39.949	45.010	48.113	45.010
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16				
Moeda nacional		89.318	89.622	89.318	89.622
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	351	52	351	52
		<u>134.380</u>	<u>140.042</u>	<u>142.544</u>	<u>140.042</u>

26.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Algumas operações com instrumentos financeiros da Companhia apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa o custo médio de capital do Grupo EDP - Energias do Brasil.

26.1.3 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como valor justo por meio do resultado foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

26.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

26.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público difere do seu valor contábil.

26.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, quando aplicável, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros.

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável					
		Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	3.349	3.349	837	1.675	(837)	(1.675)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	3.349	3.349	837	1.675	(837)	(1.675)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhado com a expectativa da Administração da Companhia, com intervalos entre: 10,75% e 15,75% a.a.

26.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Rendas a receber (Nota 6). A Companhia, em 31 de dezembro de 2015, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE aplicado a determinadas usinas hidrelétricas, dentre elas a UHE Lajeado, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio. Em um período prolongado de escassez de chuva resulta-se na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretando um aumento de custos na aquisição de energia da parcela de risco hidrológico não coberta pela CCRBT ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramenta o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das Concessionárias.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2015					31/12/2014	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	1.514	1.760	1.488			4.762	5.358
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				351		351	52
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			8.488	18.503	62.327	89.318	89.622
Uso do bem público	333	1.094	2.841	14.986	28.859	48.113	45.010
	1.847	2.854	12.817	33.840	91.186	142.544	140.042

26.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício, a Companhia realizou as seguintes transações: (i) constituição de dividendos a pagar no valor de R\$32.459; e (ii) provisão para custos com a licença ambiental no imobilizado e intangível no valor de R\$7.251. Ambas as atividades não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

28 Compromissos contratuais e Garantias

28.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2015			31/12/2014		
	2016	2017 a 2018	2019 a 2020	A partir de 2021	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	259	137			396	414
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	21.628	18.066	435	987	41.116	30.790
Prêmio de risco - GSF	485			250	735	
	22.372	18.203	435	1.237	42.247	31.204

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2015, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2015			31/12/2014		
	2016	2017 a 2018	2019 a 2020	A partir de 2021	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	235	153			388	387
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	18.207	15.781	407	1.075	35.470	29.559
Prêmio de risco - GSF	485			335	820	
	18.927	15.934	407	1.410	36.678	29.946

28.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2015	31/12/2014
Aval de acionista	Seguro de vida	8.068	8.348
Fiança bancária	Ações judiciais	635	635
Recebíveis	Compra de energia	20.293	20.943
	Outros	50	785
		29.046	30.711

29 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	12.002	200.000	14.230	200.000
Usinas	1.042.665		972.891	
Prédios e conteúdos (próprios)	458	1.355	458	898
Prédios e conteúdos (terceiros)	898		898	
Transportes (veículos)	1.600	1.600	1.600	1.600
Acidentes pessoais	8.069	(*)	8.348	(*)

(*) Em acidentes pessoais o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo um limite mínimo de R\$51 e o limite máximo de R\$517.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil estendida para a Companhia com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$20.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.572; e
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$77.565.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Começamos 2015 em um contexto desfavorável para o setor energético no Brasil, principalmente, em decorrência do cenário hidrológico no país. Ao longo do ano, além do empenho e esforço realizado para cumprir nossas metas, atuamos fortemente com o foco estratégico na valorização do capital humano e respeito à vida, intensificando ações e promovendo a gestão de segurança daqueles que compõem a nossa companhia. Agradeço aos colaboradores, clientes, acionistas e parceiros pelo empenho, dedicação, profissionalismo e confiança em nosso trabalho, norteados pela preservação da vida, das comunidades do entorno e do meio-ambiente. Para este ano, continuaremos a privilegiar a ética, competência e segurança, buscando sempre a excelência na execução do trabalho realizado.

A COMPANHIA

A Investco S.A. é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh, porém a companhia não é titular exclusiva do Contrato de Concessão, sendo titular de 1%. A empresa tem contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, esta companhia tem duas fontes de receita: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta. A energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da usina, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2015, a energia geração foi de 3.847,2 GWh, 19,2% inferior aos 4.762,4 GWh gerados em 2014 devido ao cenário hidrológico desfavorável. A Usina apresentou índice de disponibilidade médio anual de 92,8%, fechando o mês de dezembro com disponibilidade média de 92,2% (apurada com base na média dos últimos 60 meses), índices superiores ao exigido no Contrato de Concessão, que é de 89,6%.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

INVESTCO			
Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)	2015	2014	%
Receita operacional líquida	215.448	205.131	5,0%
Gastos não gerenciáveis	(2.157)	(3.478)	-38,0%
Energia comprada para revenda	(670)	(1.822)	-63,2%
Encargos de uso do sistema	(1.400)	(1.380)	1,4%
Outros	(87)	(276)	-68,5%
Margem Bruta	213.291	201.653	5,8%
Gastos gerenciáveis	(80.750)	(67.770)	19,2%
Total do PMSO	(42.914)	(30.920)	38,8%
Pessoal	(11.089)	(11.277)	-1,7%
Material	(1.089)	(961)	13,3%
Serviços de terceiros	(15.833)	(16.403)	-3,5%
Provisões	(289)	202	-243,1%
Outros	(14.614)	(2.481)	489,0%
Aluguéis e arrendamentos	(415)	(342)	21,3%
Ganhos e perdas na desat. e alienação de bens	(12.248)	(180)	6704,4%
Outras	(1.951)	(1.959)	-0,4%
Depreciação e amortização	(37.836)	(36.850)	2,7%
Depreciação	(36.465)	(36.061)	1,1%
Amortização	(1.371)	(789)	73,8%
Resultado do serviço (EBIT)	132.541	133.883	-1,0%
EBITDA	170.377	170.733	-0,2%
Margem EBITDA	79,1%	83,2%	-5,0%
Resultado das participações societárias	-	-	0,0%
Resultado financeiro líquido	(43.844)	(22.038)	98,9%
Receitas financeiras	8.384	5.524	51,8%
Despesas financeiras	(52.228)	(27.562)	89,5%
LAIR	88.697	111.845	-20,7%
IR e Contribuição social	(19.158)	(19.313)	-0,8%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(20.657)	(19.833)	4,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.499	520	188,3%
Lucro líquido antes de minoritários	69.539	92.532	-24,8%
Lucro líquido	69.539	92.532	-24,8%

A Investco registrou receita operacional líquida de R\$ 215,4 milhões em 2015, aumento de 5,0% frente ao realizado em 2014. Este aumento é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) sobre o Cálculo do Arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está inclusa a remuneração dos custos operacionais.

Os gastos não gerenciáveis totalizaram R\$ 2,2 milhões, queda de 38,0% em relação ao ano de 2014, resultante principalmente do menor impacto de GSF entre os períodos comparados, sendo o GSF médio de 2015 de 85,1% ao PLD Médio Submercado SE/CO de R\$ 288,1/MWh, comparado à 2014 (GSF médio de 90,6% e PLD Médio Submercado SE/CO de R\$ 688,9/MWh). Adicionalmente, houve impacto positivo da repactuação do risco hidrológico de R\$ 0,6 milhão.

Os gastos gerenciáveis compreendidos pelos gastos com pessoal, material, serviço de terceiros, depreciação e amortização e outras despesas totalizaram R\$ 80,8 milhões, aumento 19,2% entre os anos, sendo que esta variação em função, principalmente, da provisão para descontinuidade do projeto de Tupiratins, contabilizado na rubrica de ganhos e perdas na desativação e alienação de bens.

O EBITDA (lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional) totalizou R\$ 170,4 milhões no ano de 2015 frente aos R\$ 170,8 milhões do ano de 2014, não apresentando variação significativas entre os períodos devido aos efeitos explicados anteriormente. O resultado financeiro apresentou variação negativa de R\$ 21,8 milhões entre os períodos comparados, principalmente em função do Ajuste a Valor Presente (AVP) das ações preferenciais das classes A, B e C (consideradas como encargos de dívidas de acordo com o CPC 39). Em decorrência destes efeitos, o lucro líquido totalizou R\$ 69,5 milhões, redução de 24,8% em relação ao ano anterior.

INVESTIMENTOS

Os Investimentos no ano de 2015 totalizaram R\$ 10,1 milhões sendo: R\$ 4,5 milhões em reservatórios, barragens e adutoras, R\$ 4,3 milhões em Máquinas e Equipamentos, R\$ 0,9 milhões em adiantamentos a fornecedores e R\$ 0,4 milhões em Outros, 27,9% superior ao ano de 2014.

ENDIVIDAMENTO

O endividamento financeiro atingiu R\$ 89,3 milhões em 2015 (valor na sua totalidade referente às ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39) não apresentando variação significativa em relação ao endividamento do ano de 2014.

MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Com foco na sustentabilidade, a Investco, ao longo de 2015, programou sua Política de Responsabilidade Socioambiental buscando o desenvolvimento da comunidade do entorno e a conservação do meio ambiente em que está inserida, destinando seus investimentos sociais com foco na educação, cultura, lazer e esporte, de acordo com as melhores práticas de mercado, visando à adoção de hábitos para a conscientização ambiental.

Por meio do diálogo permanente com a comunidade, os investimentos socioambientais de 2015 focaram o uso múltiplo e preservação do reservatório, além do desenvolvimento de seu entorno. Em parceria com a sociedade civil organizada, gestores públicos, setor privado e instituições de ensino, as atividades foram implantadas sob a vertente da educação ambiental, trabalhada de maneira transversal e envolvendo um público de mais de 10 mil pessoas, primando pela sustentabilidade do meio com a premissa “Quem Ama Cuida”.

A interação com a comunidade possibilita um caminho seguro e eficaz para a transformação da sociedade, que passa a optar pelo desenvolvimento sustentável e conservação de seus recursos naturais.

Canais de Diálogo com a Comunidade

Central de Atendimento – Para promover o diálogo constante com a comunidade do entorno do reservatório, a Investco mantém uma Central de Atendimento, com serviço de ligação gratuita, pelo número 0800 646 3443. Por meio dele, a comunidade pode entrar em contato direto com técnicos prontos para prestar o atendimento necessário. O objetivo do sistema é garantir uma comunicação clara e transparente e que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos.

Site – Pelo endereço www.investco.com.br a empresa promove e estimula o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e até de outros países. O site é utilizado também para a publicação de notícias sobre a empresa, a Usina e o setor elétrico, de forma geral.

Publicações em Jornais e Diário Oficial – Pelos grandes veículos de comunicação regionais e do DOE - TO (Diário Oficial do Estado do Tocantins), a Investco amplia o alcance da comunicação, interagindo com diversos públicos, e não somente com a comunidade local.

Comerciais via rádio – Outro veículo que atinge grande parte da população é o rádio. No último ano a Investco veiculou comerciais na rádio CBN sobre o Circuito Cultural e Esportivo Investco.

Visitas à Usina – Trata-se de uma atividade muito procurada pela comunidade. Após a solicitação por telefone e ofício a Investco recebe grupos de visitantes na usina, acompanhados por técnicos da área de comunicação. Na ocasião, os visitantes assistem a um vídeo institucional e de segurança, uma palestra sobre a empresa e o funcionamento da usina, além de verem de perto as instalações da UHE. No último ano, cerca de mil pessoas de diferentes locais do país, e de outros países, conheceram a usina.

Eventos externos – A fim de promover o desenvolvimento regional, a conservação do meio ambiente e estimular práticas saudáveis, a Investco realiza uma série de eventos esportivos e culturais abertos à comunidade. Essas atividades permitem aos participantes conhecerem as políticas de responsabilidade socioambiental da empresa. Como reconhecimento pelo apoio ao esporte, a Investco ganhou do Ministério do Esporte, pelo quarto ano consecutivo, o prêmio de Empresa Amiga do Esporte, como a empresa que mais investe no esporte no Estado do Tocantins.

Projetos de Educação e Desenvolvimento Local

Programa EDP nas Escolas - O programa investe em ações que contribuem para o fortalecimento da educação pública no Brasil, nas regiões com presença da EDP. Seu principal objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida estudantil de alunos de escolas públicas municipais de ensino fundamental. Em 2015 a Escola Municipal de Ensino Fundamental Sebastião Sales Monteiro, no município de Lajeado, foi contemplada com este programa. Foram beneficiados 396 alunos que receberam kits com material escolar, incluindo os livros "Lúmen e a energia elétrica" e "Energia sustentável para todos". Além disso, 26 professores receberam orientações de colaboradores e parceiros, para trabalharem durante todo o ano com o tema "Luz do nosso futuro", com base na "Carta da Terra". Os alunos participaram de concurso de desenho, pintura e colagem sobre o tema, tendo como produto final a produção de calendários com as melhores obras. A escola também recebeu a Cia Os Cako, com o espetáculo teatral e circense "Vidas diversas".

Associação de Canoagem de Porto Nacional – O apoio ao projeto Remando para a Cidadania, beneficiou 30 crianças e adolescentes, com idade entre 11 e 18 anos, em situação de risco e/ou vulnerabilidade social. Também investiu na colocação de 10 jovens na categoria de alto rendimento, capacitando-os para competições, inclusive internacionais. Um dos jovens é atleta com necessidades especiais, cadeirante, e vive o sonho de participar das paraolimpíadas em 2016. O uso da canoagem como ferramenta para a inclusão social alia os temas da cidadania, como direitos e deveres além de vida saudável, vida em família, viver sem drogas, e acompanhamento escolar. Todo o desenvolvimento das atividades do projeto destaca a questão do uso sustentável do Lago, indicando o seu potencial turístico e econômico.

Associação Atlética Atenas - Esta associação desenvolve o projeto **Inclusão Social através do Futebol Society**, beneficiando 200 crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos, moradores de Palmas e Lajeado, no Tocantins. Este projeto tem buscado o desenvolvimento integral dos beneficiados e seus aspectos cognitivo, motor e sócio afetivo, além da inclusão social que o esporte pode proporcionar. Faz interface com as escolas municipais e estaduais, para acompanhamento de nota e desempenho dos alunos, para que obtenham melhor rendimento escolar e uma melhor qualidade de vida.

Associação de Mulheres em Ação de Palmas – A Investco apoiou o projeto **Bioarte**, que tem foco na qualificação profissional com produção de artesanato com frutos do cerrado. Geração de renda e inserção nas redes de economia solidária são ganhos possíveis aos participantes destes projetos. No ano de 2015, 218 artesãos (maioria mulheres) passaram pelas oficinas, com capacitação em produção, gestão, comercialização e estruturação de um empreendimento comercial.

Associação das Mulheres Artesãs e Empreendedoras de Lajeado - Esta associação desenvolveu o projeto "Costurando a vida", que visa à geração de renda para um grupo de 20 famílias, a partir da confecção de peças para serem utilizadas na cozinha, no banho e outras como bolsas, panos de prato de costura, tecidos e aviamentos necessários à produção. O projeto foi desenvolvido com duração de seis meses, no município de Lajeado/TO.

Associação das Mulheres Artesãs e Empreendedoras de Lajeado - A empresa patrocinou a primeira edição do "Seminário de Arte e Cultura de Lajeado/TO", cujo objetivo foi disseminar junto aos alunos, aos professores, aos gestores de órgãos públicos, aos responsáveis pela manutenção e preservação do meio ambiente, e aos moradores, a arte e cultura dos povos primitivos, que habitaram o município de Lajeado. O projeto uniu o trabalho artesanal da AMAE, a visitação a um sítio arqueológico e a apresentação de cientistas sobre a importância dos achados locais.

Boca Livre - Iniciativa voltada a todos os colaboradores (inclusive terceiros) presentes no ambiente de trabalho. Consiste em apresentações de temas contemporâneos, que podem ou não fazer referência ao trabalho, mas que faz sentido à vida de forma geral. Foram quatro temas em 2015, com contratação e apresentação de profissional especialista: "Diversidade cultural do Brasil, cantada em prosa e verso no Tocantins", "Inovação e diversidade andam juntas!", "Desafios e escolhas, faces da moeda da vida!", "O sentido da família na vida do trabalho". Participaram em média 60 pessoas/tema, atividade seguida de um lanche comunitário.

AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), em abril de 2014, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias. A PwC iniciou a prestação de serviços em abril de 2014.

Adicionalmente em 2015, foram prestados serviços de procedimentos previamente acordado referente à Carta Técnica, no valor de R\$28.000,00 (vinte e oito mil reais), que ultrapassaram 5% do valor do contrato de prestação de serviços de auditoria. Este serviço foi concluído em 2015.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, alterada pela CVM nº 552/14 declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE

Investco

1 - Base de Cálculo	2015 (R\$ mil)			2014 (R\$ mil)		
Receita Líquida (RL)	215.448,00			205.131,00		
Resultado operacional (RO)	88.697,00			111.845,00		
Folha de pagamento bruta (FPB)	9.184,00			8.709,00		
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	723,15	7,87%	0,34%	732,65	8,41%	0,36%
Encargos sociais compulsórios	2.064,11	22,48%	0,96%	2.103,80	24,16%	1,03%
Previdência privada	243,27	2,65%	0,11%	176,50	2,03%	0,09%
Saúde	564,52	6,15%	0,26%	564,52	6,48%	0,28%
Segurança e saúde no trabalho	36,72	0,40%	0,02%	36,72	0,42%	0,02%
Educação	25,52	0,28%	0,01%	25,52	0,29%	0,01%
Cultura	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	107,60	1,17%	0,05%	107,60	1,24%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	22,21	0,24%	0,01%	22,21	0,26%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	695,51	7,57%	0,32%	695,51	7,99%	0,34%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Outros	39,92	0,43%	0,02%	39,92	0,46%	0,02%
Total - Indicadores sociais internos	4.522,53	49,24%	2,10%	4.504,95	51,73%	2,20%
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	13,50	0,02%	0,01%	-	0,00%	0,00%
Cultura	95,00	0,11%	0,04%	162,00	0,14%	0,08%
Saúde e saneamento	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Esporte	169,00	0,19%	0,08%	100,00	0,09%	0,05%
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Outros	38,50	0,04%	0,02%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	316,00	0,36%	0,15%	262,00	0,23%	0,13%
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores sociais externos						
4 - Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	6.069,76	6,84%	2,82%	4.873,36	4,36%	2,38%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	6.069,76	6,84%	2,82%	4.873,36	4,36%	2,38%
Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input checked="" type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%				<input checked="" type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2015			2014		
Nº de empregados(as) ao final do período	66			68		
Nº de admissões durante o período	1			8		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	71			62		
Nº de estagiários(as)	1			1		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	ND			5		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	17			17		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	ND			ND		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	4			4		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	ND			ND		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	ND			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2015			2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	ND			ND		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):				204.745,00		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo: 24,3% acionistas: 20,0% colaboradores: 5,8% retido: 19,7% terceiros: 30,1%			governo: 25,0% acionistas: 24,0% colaboradores: 6,0% retido: 29,0% terceiros:		
7 - Outras Informações	N/A - Não Aplicável.					

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Proposta de Orçamento de Capital

Não há proposta de Orçamento de Capital para a Companhia, devido à distribuição integral do lucro.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Investco S.A., no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o Parecer dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para aprovação em Assembleia Geral, acompanhadas da proposta de destinação dos resultados.

São Paulo, 01 de março de 2016.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR

Conselheiro Efetivo

CHRISTIANO CHAGAS MONTEIRO DE MELO

Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JONG KIM

Conselheiro Efetivo

ADEMIR JODÉ SCARPIN

Conselheiro Efetivo

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Conselheiro Efetivo

Declarações dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que em 01 de março de 2016, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

PETER ERIC VOLF

Diretor Vice-Presidente

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

DANIEL SHEM CHENG CHEN

Diretor Jurídico

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice Presidente de Controle

STELLA MARIS MOREIRA FUÃO

Diretora Administrativa e Financeira

Declarações dos diretores sobre o parecer dos auditores independentes

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que em 01 de março de 2016, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

PETER ERIC VOLF

Diretor Vice-Presidente

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

DANIEL SHEM CHENG CHEN

Diretor Jurídico

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice Presidente de Controle

STELLA MARIS MOREIRA FUÃO

Diretora Administrativa e Financeira